

Lição 2

Se o cidadão deve aprender música.

1128. Ora, acerca da música, já duvidamos de algumas coisas por razão e antes; convém, porém, também agora, retomando-as, expô-las, para que assim se faça uma entrada para os argumentos que alguém enunciará, recorrendo sobre ela.

1129. Pois não é fácil discutir que potência ela tem, nem em vista de que se deve participar dela; se por causa do jogo e do repouso, como o sono e a embriaguez. Pois estas coisas, em si mesmas, nem são próprias dos homens sérios, mas são deleitáveis, e ao mesmo tempo fazem cessar a preocupação, como diz Eurípides; por isso também a ordenam, e usam de tudo de modo semelhante: o vinho, a embriaguez e a música; e nelas põem também a dança. Ou antes se deve julgar que a música tende de algum modo à virtude, como sendo capaz — assim como a ginástica torna o corpo de certa qualidade, também a música torna o caráter de certa qualidade, habituando a gozar retamente da recreação; ou também contribui em algo para a prudência, pois este deve ser posto como o terceiro dos ditos.

1130. Que, portanto, não se deve educar os jovens por causa do jogo não é obscuro: pois os que aprendem não jogam, uma vez que o aprender se dá com tristeza.

1131. Mas, na verdade, tampouco convém atribuir o lazer às crianças e às idades semelhantes, pois o fim não convém ao imperfeito.

1132. Mas talvez pareça que o estudo das crianças, por causa do jogo, seja em vista dos homens já feitos e perfeitos. Mas, se é tal, em vista de que devem eles aprendê-lo, e não, como os reis dos persas e dos medos, que o fazem por meio de outros, receber deles o deleite e a erudição? Pois é necessário que executem melhor a obra aqueles que fizeram isso mesmo e possuem a arte, do que aqueles que se ocuparam apenas por tanto tempo quanto para aprender. Se, porém, devem eles próprios cultivar tais coisas, então também deverão preparar-se em torno do trabalho dos cozidos; mas isso é inconveniente.

1133. E tem a mesma dúvida também quanto a se pode tornar melhores os costumes. Pois por que deveriam eles aprendê-la, se, ouvindo outros, podem gozar retamente e ser capazes de julgar, como os lacedemônios? Estes, com efeito, sem aprendê-la, podem contudo julgar retamente, segundo dizem, as melodias boas e as não boas.

1134. E a mesma razão vale também, se se deve usar dela para uma boa ocupação duradoura e para o lazer liberal: por que deveriam eles aprendê-la, e não fruí-la enquanto outros a executam?

1135. É lícito considerar a estima que temos acerca dos deuses. Pois o próprio Júpiter não canta nem toca cítara segundo os poetas. Mas até chamamos de vulgares (banausos) tais pessoas, e o agir assim não é próprio de homem que não esteja embriagado ou brincando. Mas talvez sobre isso

se deva considerar depois.

1136. A primeira questão é se não se deve pôr a música como disciplina, ou se se deve pô-la; e o que ela pode, entre os três pontos duvidosos: se disciplina, ou jogo, ou lazer.

1137. Razoavelmente, porém, ela se ordena a todas essas coisas e parece delas participar. Pois o jogo existe em vista do repouso. E o repouso necessariamente é deleitável, pois é uma espécie de remédio para a tristeza que vem dos trabalhos. E o lazer, é confessadamente preciso que tenha não só o que é bom, mas também o deleite, pois ser feliz consiste em ambas essas coisas. E dizemos todos que a música está entre as coisas mais deleitáveis, tanto existindo nua quanto com melodia. Pois diz Museu que cantar é para os homens a coisa mais deleitável; por isso, razoavelmente, a assumem nas reuniões e nos lazeres, como sendo capaz de alegrar. Por isso também, a partir daqui, alguém julgará que se deve educar os mais jovens nela.

1138. Pois quaisquer coisas deleitáveis que sejam inócuas convêm não só ao fim, mas também ao repouso. E, uma vez que aos homens acontece raramente estar no fim, mas frequentemente repousam e usam de jogos — não quanto ao mais, mas por causa do deleite —, será útil repousar nos deleites que provêm dela.

1139. Acontece, porém, aos homens fazer dos jogos o fim, pois talvez também o fim tenha certo deleite, mas não um deleite qualquer. Buscando, porém, este deleite, tomam aquele por este, porque tem certa semelhança com o fim da ação: pois o fim não é eligível em vista de nenhuma coisa futura, e tais deleites não existem em vista de nenhuma coisa futura, mas em razão do que já foi feito, dos trabalhos e da tristeza. Por essa causa, pois, buscam que a felicidade se produza por meio destes deleites; e com razão alguém julgará que esta é a causa.

1140. Quanto ao participar da música não só por esta causa, nem só porque é útil ao repouso, como parece: deve-se investigar se porventura isso de fato lhe acontece, mas se a sua natureza é mais nobre do que segundo a dita conveniência, e se é preciso participar dela não apenas com o deleite comum de que todos têm sensação (pois a música tem um deleite natural, razão pela qual o seu uso é agradável a todas as idades e a todos os costumes).

1141. Mas deve-se ver se ela também contribui em algo para o caráter e para a alma. Isso, porém, ficará manifesto, se por meio dela nos tornamos de certa qualidade nos costumes.

1142. Mas que nos tornemos de certa qualidade é manifesto por muitas outras coisas, e não menos pelas melodias de Olimpo, pois estas, reconhecidamente, arrebatam as almas. E o arrebatamento é uma paixão do caráter que está em torno da alma.

1143. Além disso, todos os que ouvem as mutações se tornam compassivos, mesmo sem os ritmos e as próprias melodias.

1144. E, uma vez que acontece a música estar entre as coisas deleitáveis, e a virtude versa sobre gozar retamente, e amar, e odiar, é manifesto que nada se deve tanto aprender e habituar-se quanto a julgar retamente e a gozar dos costumes decentes e das boas ações.

1145. Há, porém, nos ritmos e nas melodias, semelhanças que se aproximam ao máximo das verdadeiras naturezas da ira e da mansidão, e ainda da fortaleza e da temperança, e de todos os contrários destas, e das demais qualidades morais. E isso é manifesto pelos efeitos, pois transmutamos a alma ao ouvir tais coisas.

1146. O costume de entristecer-se e alegrar-se com as coisas semelhantes está próximo de comportar-se do mesmo modo em relação à verdade: por exemplo, se alguém se alegra ao ver a imagem de algo, não por outra causa, mas pela própria forma, é necessário que a visão daquilo de que ele vê a imagem seja, em si mesma, deleitável para ele.

1147. Acontece, porém, que nos demais sensíveis não existe nenhuma semelhança com os costumes, por exemplo, nos tangíveis e nos gustáveis; mas nos visíveis, fracamente. Pois as figuras são de tal modo, porém em pequena medida, e todos participam de tal sentido. Além disso, estas não são semelhanças dos costumes, mas antes sinais: as figuras e as cores tornam-se sinais dos costumes, e isso se dá a partir do corpo nas paixões — mas não só. Contudo, quanto isso difere também no tocante à contemplação destas coisas: é preciso que os jovens contemplem não as obras de Páuson, mas as de Polignoto, e as de qualquer outro pintor ou escultor que seja moral.

1148. Nas próprias melodias, porém, há imitações dos costumes; e isso é manifesto: pois o caráter das harmonias difere por natureza, de modo que os que as ouvem se dispõem de maneira diversa e não se comportam do mesmo modo em relação a cada uma delas; mas em relação a algumas, de modo mais lamentoso e contraído, como em relação à que se chama mixolídia; em relação a outras, com espírito mais brando, por exemplo, em relação às harmonias relaxadas; e de modo intermediário e com a máxima constância, em relação à dória, que parece ser a única das harmonias a fazer isso; e arrebatados, em relação à frígia. Pois isso dizem bem os que filosofaram acerca desse tema, pois tomam os testemunhos de suas razões a partir das próprias obras.

1149. Do mesmo modo se comportam também as coisas relativas aos ritmos, pois uns têm um caráter mais estável, outros um caráter que move; e, destes, uns têm movimentos mais nobres, outros mais liberais.

1150. Por essas coisas, portanto, fica claro que a música pode tornar o caráter da alma de certa qualidade.

1151. É claro, pois, que se deve ensinar e educar os jovens nela. E é congruente à natureza uma pequena parcela do ensino musical, pois os jovens, por causa da idade, não suportam de bom grado nada que não seja deleitável. Ora, a música pertence por natureza às coisas deleitáveis; e parece haver certa afinidade com as harmonias e os ritmos. Por isso muitos dos sábios dizem, uns que a alma é harmonia, outros que ela tem harmonia.

1152. Se, porém, devem os mesmos aprender cantando e operando com as mãos, ou não, como se pôs em dúvida antes, deve-se agora dizer.

1153. Não é obscuro que faz muita diferença, para tornar-se de certa qualidade, se alguém participa por si mesmo das obras. Pois uma das coisas impossíveis ou difíceis é que aqueles que não participaram das obras sejam juízes competentes.

1154. Ao mesmo tempo, é preciso também que as crianças tenham alguma ocupação, e o chocalho de Árquitas, que dão às crianças para que, usando dele, não destruam nada do que há em casa. Pois o jovem não pode ficar quieto; este chocalho, portanto, é conveniente para os pequenos, entre os brinquedos, enquanto o ensino da música é como o chocalho para os maiores entre os jovens. Que, portanto, se deve educar na música de modo que dela participem todos, é manifesto por tais coisas.

1155. O que é decente e o que não é decente segundo as idades não é difícil determinar, e responder aos que dizem ser vulgar (banausa) essa ocupação.

1156. Pois, em primeiro lugar, uma vez que, em vista do juízo, é preciso participar das obras, por isso convém que, enquanto jovens, usem das obras, mas que, tornados mais velhos, deixem as obras e possam, contudo, julgar bem e gozar retamente, por causa da educação recebida na juventude.

1157. Quanto à censura feita, com que censuram a música como se ela tornasse vulgares (banausos), não é difícil respondê-la, considerando até que ponto devem participar das obras aqueles que se governam politicamente em vista da virtude política, e de quais melodias e de quais ritmos devem participar, e ainda em quais instrumentos se deve fazer a educação. Pois é verossímil que isso faça diferença. Nessas coisas, com efeito, está a solução da censura, pois nada impede que certos modos da música produzam o que foi dito.

1158. É manifesto, portanto, que a educação musical não deve nem impedir as ações posteriores, nem tornar o corpo vulgar (banausum) e inútil para os exercícios bélicos e políticos: quanto aos usos, desde já; quanto às eruditas aptidões, para depois. E isso aconteceria acerca da educação, se os que a recebem não elaborassem as coisas técnicas próprias dos que visam ao certame, nem as coisas admiráveis e supérfluas das obras que agora chegaram aos certames e, dos certames, passaram à educação, mas cultivassem tais coisas apenas até o ponto em que possam gozar das boas melodias e ritmos, e não só daquilo que é comum à música — como o são também certos outros animais, e ainda a multidão dos humildes e das crianças.

1159. É claro, por essas coisas, também de quais instrumentos se deve usar. Pois não se deve introduzir na educação as flautas, nem qualquer outro instrumento técnico, como a cítara e o que houver de tal espécie, mas apenas aqueles que tornem os próprios ouvintes bons, seja no exercício musical, seja em outro.

1160. Além disso, a própria flauta não é algo moral, mas antes algo que excita a ira. Por isso deve-se usar dela naqueles momentos em que a contemplação pode operar mais a purificação do que a educação.

1161. Acrescentemos, porém, que a ela acontece algo contrário à disciplina, e que a razão proíbe usar do toque da flauta. Por isso, com razão, os antigos reprovaram o seu uso pelos jovens e pelos homens livres, ainda que a princípio tivessem usado dela.

1162. Pois, tendo-se tornado mais ociosos por causa das riquezas e mais magnânimos em relação à virtude, e ainda antes e depois das guerras médicas, tornados sábios pelos seus feitos, todos buscavam a educação sem discernir nada, mas indo além em suas indagações. Por isso também

introduziram o toque da flauta nas eruditas ocupações. Pois, com efeito, na Lacedemônia um certo condutor de coro tocou flauta para o coro, e em torno de Atenas isso de tal modo se difundiu que quase a maior parte dos homens livres dele participava. É claro, porém, pelo cartaz que colocou Trasipo, ao ter conduzido o coro para Eufântides. Depois, porém, foi reprovado pela própria experiência, sendo os homens mais capazes de julgar o que tende à virtude e o que não tende à virtude. De modo semelhante, também muitos dos instrumentos antigos, como os pectídios e os bárbitos, e os que produzem deleite aos ouvintes dos que deles usam — os heptágonos e os trígonos, e as sambucas, e todos os que requerem uma ciência manual.

1162. E razoavelmente se comporta também aquilo que os antigos disseram sobre as flautas nas fábulas: pois dizem que Palas, tendo inventado as flautas, as lançou fora; e não é mau dizer que ela fez isso por causa da deformidade do rosto, que contristava a deusa; mas não só isso, e sim, mais verossimilmente, porque para o intelecto de nada serve a educação no toque da flauta. Ora, atribuímos a Palas a ciência e a arte.

1163. E, uma vez que reprovamos, quanto aos instrumentos e às operações, o exercício técnico (e chamamos técnico aquele que visa aos certames, pois quem nele atua não opera em vista da própria virtude, mas em vista do deleite dos ouvintes, e de um deleite grosseiro), por isso julgamos que tal operação não é dos homens livres, mas mais servil; e acontece que se tornam vulgares (banausos). Pois é má a intenção em vista da qual fazem esse fim. Com efeito, o espectador, sendo grosseiro, costuma transmutar a música; de modo que também torna de certa qualidade os artífices que trabalham em vista dele, e transforma seus corpos por causa dos movimentos.

Depois que o Filósofo mostrou quais são as disciplinas em que as crianças costumam ser educadas nas cidades, e em vista de que devem ser educadas nelas, retorna agora a declarar com mais certeza em vista de que devem ser educadas na música, e quando e em quais partes dela. E a respeito disso, primeiro expõe a sua intenção e a causa do que pretende. Em segundo lugar, quando diz *que, portanto* etc., prossegue. Quanto ao primeiro, expõe a sua intenção. Em segundo lugar, quando diz *neque enim* etc., atribui a razão disso, recolhendo algumas coisas ditas antes. Primeiro, pois, diz que sobre a disciplina da música dissemos antes, razoavelmente, algumas coisas em modo de dúvida. E por isso, para que a dúvida se esclareça, é bem conveniente produzir agora um discurso acerca dela, retomando o que foi dito antes, para que sirva como entrada às razões que alguém apresentará ao determinar acerca dela.

Em seguida, quando diz *neque enim*, recolhendo algumas coisas ditas antes, atribui a razão do que pretende, dizendo que se deve determinar com mais certeza acerca dela, porque não é fácil conhecer sobre ela que virtude e potência ela tem, e de que ciência é objeto, e também se se deve participar dela por causa do jogo e do repouso, assim como alguns buscam o sono ou a embriaguez. Pois o sono e a embriaguez, em si mesmos, nem são bons nem sérios, pois ambos estão em certa potência de operações; e, contudo, são deleitáveis para os homens: o sono, por causa do alívio do trabalho e do repouso; a embriaguez, porque é deleitável por causa da multiplicação dos espíritos; e, além disso, fazem cessar a preocupação com as coisas a fazer. Pois não se preocupa com as coisas a fazer quem não pensa nelas. Ora, o sono e a embriaguez removem a consideração e o uso da razão. E por causa desse deleite e da remoção da preocupação, alguns as ordenam, e usam de modo semelhante para tais fins o vinho, a embriaguez e a música; e alguns acrescentam a estes a dança. Não é, pois, fácil discorrer sobre a

música, se deve ser buscada por causa disso, ou se antes se deve julgar que ela vale para a virtude, como sendo capaz de tornar o caráter de certa qualidade, habituando a julgar retamente e a deleitar-se segundo a razão, assim como a ginástica torna o corpo de certa qualidade e o dispõe para a virtude, e contribui em algo para a prudência: pois isto deve ser posto como o terceiro daquilo em vista de que ela deve ser buscada. Deve-se, porém, entender que o som da harmonia musical é primeiro compreendido pelo ouvido, e, quando o move proporcionalmente e segundo a razão média em que está constituído, induz deleite, e desse deleite podem participar todos. Mas, mais além, na intenção do som harmônico, o intelecto considera a razão e a causa da proporção, como algo inteligível segundo si mesmo, no qual há certa perfeição do intelecto que este Filósofo parece chamar de razão do lazer. E esta é uma causa pela qual dirá logo que a música deve ser buscada, a saber, por causa do conhecimento da verdade nela. A esse conhecimento da verdade sobre as proporções musicais segue-se um deleite intelectual, como a toda operação intelectual. E esta é outra causa pela qual o Filósofo diz que ela deve ser buscada; contudo, não a nomeia separadamente do deleite de que se falou antes, nem da razão do lazer. Mas o juízo sobre as proporções harmônicas, e o deleite que se segue, são acerca das coisas que são segundo a razão reta, e semelhantes às que são segundo a virtude. E por isso, o exercício em julgar sobre elas e em deleitar-se com elas é, de certo modo, um exercício para as coisas que são segundo a virtude, como se dirá em seguida. E segundo esse caminho se diz que a música tem potência sobre os costumes; e este é o terceiro motivo em vista do qual, segundo o Filósofo, convém exercitar-se nela.

Em seguida, quando diz *que, portanto*, prossegue, conduzindo o discurso acerca dela à investigação da verdade. E primeiro procede disputando sobre as coisas ditas. Em segundo lugar, quando diz *a primeira questão* etc., determinando mais a verdade. Quanto ao primeiro, primeiro argumenta que as crianças não devem ser educadas na música por causa do jogo, nem do lazer. Em segundo lugar, quando diz *a mesma dúvida*, que não é por causa da virtude. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz *mas talvez pareça* etc., expõe a opinião de alguns contra certa afirmação, e argumenta em contrário. Quanto ao primeiro, primeiro argumenta que não devem ser educadas nela por causa do jogo, dizendo que, pela razão seguinte, é manifesto que os jovens não devem ser educados na música por causa do jogo. Pois o jogo não é buscado senão por causa do deleite que há nele. Portanto, aquilo que não tem deleite não deve ser buscado por causa do jogo. Mas, nas crianças, o aprender não tem deleite, pois se dá para elas com tristeza, porque é laborioso e porque não apreendem o bem que há nele; logo, não se deve buscar que elas aprendam a música, ou qualquer outra coisa, por causa do jogo.

Em seguida, quando diz *mas, na verdade, tampouco*, argumenta que tampouco é por causa do lazer, dizendo que ainda às crianças e às outras idades semelhantes, segundo o modo das crianças, não se deve atribuir a razão do lazer, que é, como se disse, a perfeição do intelecto no conhecimento da verdade. Ora, a perfeição no conhecimento da verdade tem, de certo modo, a razão de fim e de bem em si. Mas o fim e o bem por si não convêm às crianças e aos semelhantes segundo esta idade, porque o fim por si se deve àquilo que é perfeito, ao passo que as crianças e os semelhantes segundo esta idade são imperfeitos.

Em seguida, quando diz *mas talvez*, expõe uma opinião contrária a certa afirmação, dizendo primeiro que talvez pareça de outro modo, contra aquilo que se concluiu pela primeira razão, isto é, que as crianças devem ser educadas e exercitadas na música não por causa do jogo, ou do

deleite segundo o sentido, existente naquele tempo em que são educadas ou exercitadas — pois então não está presente, como conclui a razão, mas por causa dos deleites futuros, na idade perfeita, quando já forem homens perfeitos. Mas ele argumenta contra isso quando diz que, se isso é tal etc., dizendo que, se por causa do deleite futuro na idade perfeita a música deve ser buscada, não é preciso que esses futuros homens perfeitos a aprendam quando são crianças; mas, como os reis dos persas e dos medos, deleitar-se em atos musicais executados por outros cantores ou histriões, e não por si mesmos. Pois parece que se deleitam e se educam igualmente quando são executados por outros e quando por si mesmos. Mas ele resolve essa razão quando diz *pois é necessário melhor* etc., dizendo que, ao contrário, convém mais que as próprias crianças aprendam e se exercitem nela por causa do deleite futuro na idade perfeita, porque é necessário que aqueles que se exercitaram nas obras segundo alguma arte, e a partir delas adquiriram o hábito dessa arte, executem melhor a operação que é segundo ela, do que aqueles que trabalharam algum tempo nela apenas quanto ao aprender por causa do próprio lucro e do deleite dos outros, assim como o exercitado nas obras de tocar cítara, e que por isso tem o hábito, toca melhor a cítara e mais se deleita. Pois as operações costumeiras, e que são segundo o hábito, são mais deleitáveis, como insinua o Filósofo no segundo livro da Retórica. Diz, todavia, o intérprete que, antes daquela letra *pois* etc., lhe parece faltar algo. Em seguida, quando diz que, se é preciso etc., argumenta contra a solução precedente, dizendo: se é preciso que as crianças aprendam a música porque operam melhor na idade perfeita e mais se deleitam, então, pela mesma razão, será preciso que trabalhem em torno da preparação dos cozidos e de outras coisas servis, para que operem melhor e se deleitem depois. Mas isso é inconveniente; logo, também o primeiro parecerá ser inconveniente. Mas é manifesto que não é semelhante, porque a música e a operação que são liberais por si mesmas têm o deleite e o lazer liberais que convêm aos homens livres; ao passo que a preparação do cozido e das outras coisas servis não têm nem lazer nem deleite liberal por si mesmas, mas são servis; e por isso convêm aos servos e de modo nenhum aos livres.

Em seguida, quando diz e *a mesma*, argumenta que não se deve educar os jovens nela por causa dos costumes, por meio de duas razões, das quais expõe a segunda quando diz *considerar isso*. Quanto ao primeiro, primeiro expõe a razão. Em segundo lugar, quando diz e *a mesma* etc., estende-a a provar que não vale para o lazer liberal. Diz, pois, primeiro que a mesma razão que se disse antes faz duvidar se a música pode tornar os homens melhores quanto aos costumes, e se por isso deve ser aprendida: pois não pode torná-los melhores quanto aos costumes senão por meio do costume de julgar e de deleitar-se com as coisas que são segundo a razão. Mas, para julgar retamente e deleitar-se com as proporções musicais, não é preciso que eles próprios aprendam a música; pois, ouvindo-as de outros, parecem poder fazer isso, como os lacedemônios: eles próprios, com efeito, não aprendem a música, e contudo podem julgar retamente, como dizem, as melodias boas e as não boas; logo, não é preciso que eles próprios a aprendam. Mas deve-se entender que mentem os lacedemônios ao dizer que podem julgar retamente as melodias sem terem sido antes instruídos. Pois ninguém julga retamente senão as coisas que conhece. E não conhece senão aquilo que recebe, ou descobrindo por si, ou aprendendo de outro, segundo Aristóteles nas Refutações Sofísticas; logo, ninguém pode julgar retamente senão sobre aquilo que aprendeu. Toma-se aqui, porém, o aprender segundo o que comumente se aplica ao receber de outro ou ao descobrir por si mesmo, pois para o propósito não faz diferença.

Em seguida, quando diz e *a mesma*, estende-a a provar sobre o lazer, dizendo que a mesma razão faz duvidar se se deve usar da própria música, aprendendo-a por causa do lazer e da ocupação

duradoura, pois são liberais. Pois podem ocupar-se e recrear-se igualmente, ao que parece, em torno das coisas musicais, tanto executando-as eles próprios como executando-as outros.

Em seguida, quando diz *considerar, porém*, expõe a segunda razão e, falando segundo a opinião dos gentios, que punham uma multidão de deuses, entre os quais criam ser Júpiter o principal, diz que, para a declaração daquilo que se disse, convém considerar a estima que temos acerca deles, e das coisas que os cercam, e também aquilo que dizem os poetas sobre eles. Pois Júpiter, que segundo eles é tido por principal, e a quem atribuem ações liberais, não canta nem toca cítara segundo os poetas — isto é, os poetas não lhe atribuem tais operações, embora lhe atribuam a audição e o juízo sobre tais coisas; mas àqueles que exercem tais operações chamamos antes vis; e, ademais, agir retamente ações liberais não é próprio de homem embriagado, nem tampouco de quem brinca. Ora, quem canta coisas musicais ou está como que embriagado, ou como quem brinca; logo, cantar coisas musicais não é próprio do homem perfeito. E esta poderia ser a terceira razão principal. E acrescenta que sobre isso talvez convenientemente se fará a consideração.

Em seguida, quando diz *a primeira, porém*, determina a verdade acerca do que precede. E primeiro retoma as dúvidas. Em segundo lugar, quando diz *razoavelmente* etc., resolve-as. Diz, pois, primeiro que a primeira questão sobre a música é se se deve pô-la como uma disciplina ordenada à virtude moral, apetecível por si, ou não, e o que ela pode, e que virtude tem. E, de novo, aquilo que antes se pôs em dúvida: se é objeto de disciplina, ou de jogo, ou de lazer.

Em seguida, quando diz *razoavelmente, porém*, resolve as dúvidas precedentes, manifestando que se deve participar da música por causa das três coisas ditas. E primeiro faz isto. Em segundo lugar, quando diz *se, porém* etc., investiga se se deve participar de ambas as partes da música, tanto daquela que consiste nas proporções dos sons, que se chama cantativa, quanto daquela que está nos instrumentos, que se chama instrumental. Quanto ao primeiro, primeiro declara que se deve participar da música por causa do jogo e do lazer. Em segundo lugar, quando diz *quanto à comunhão, porém* etc., que ela vale para a virtude e os costumes. Nisso se resolvem as três questões postas antes. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz *pois quaisquer coisas*, declara por que muitos repousam nos deleites que são segundo a música, e neles põem o fim. Na primeira parte diz que é razoável aprender a música e dela participar por causa das três coisas ditas, a saber, o jogo, o lazer, e a disciplina e os costumes. E, quanto ao jogo e ao lazer, isso é manifesto em primeiro lugar. Pois o jogo é buscado por causa do repouso e em vista dele. Ora, o repouso necessariamente tem consigo, reciprocamente, o deleite, porque o repouso é uma espécie de remédio da tristeza induzida antes pelo trabalho; pois por ele se dá o alívio do movimento laborioso que fadiga e induz tristeza. E o alívio do que fadiga e contrista é deleitável. O lazer, porém, que é uma certa operação do intelecto segundo a razão, não só tem em si a razão de bem e de eligitivo, mas também tem deleite adjunto; e a felicidade se compõe destas duas coisas, a saber, da perfeita operação intelectual e do deleite: mas da perfeita operação intelectual por si e essencialmente, e do deleite como de algo que por si lhe convém. Pois o deleite aperfeiçoa a felicidade como um fim que sobrevém, como o decoro à juventude, conforme se diz no décimo livro da Ética. Disso é manifesto que, uma vez que o jogo tem deleite por si, e o lazer é um certo bem intelectual e tem deleite por si mesmo, tudo o que é bom segundo o intelecto e tem por si deleite deve ser buscado de certo modo em vista de algum jogo e lazer. Ora, a música é por si mesma deleitabilíssima, tanto existindo nua, isto é, sem melodia, quanto com melodia: pois diz Museu que cantar é para o homem a coisa mais deleitável; por isso, nas

reuniões dos homens e nos lazeres, razoavelmente usam dela, como sendo capaz de induzir alegria e deleite. Há também nela teoremas, em cuja consideração consiste o bem do intelecto por si e o deleite; logo, é manifesto que ela é razoavelmente buscada em vista de algum jogo e lazer. E por isso alguém julgará, segundo a razão, que convém educar e habituar os mais jovens nela. Pois quaisquer coisas deleitáveis, sem dano do que opera ou de outro, não só são convenientes ao fim, enquanto aumentam a operação, mas também ao repouso, enquanto aliviam a tristeza que provém do trabalho.

Em seguida, quando diz *pois quaisquer coisas*, declara por que a maioria busca repousar nos deleites musicais e neles põe o fim. Primeiro faz o primeiro. Em segundo lugar, quando diz *acontece, porém* etc., o segundo. Na primeira parte diz: uma vez que poucos homens atingem o fim último da vida humana, e raramente, seja por impedimentos da parte da natureza, ou do costume, ou também exteriores, ao passo que muitos e frequentemente repousam, porque fogem naturalmente da tristeza que provém da operação laboriosa, a qual por ele é aliviada, e usam de jogos musicais e outros, não quanto ao mais, isto é, quanto a coisas múltiplas, mas por causa do deleite apenas — parece-lhes útil repousar nos deleites que estão nos atos dela. Pois, uma vez que não podem atingir a felicidade que está no fim humano, mas buscam o próprio deleite por si e repousam naquele que está no jogo e na música, a este, com efeito, podem atingir.

Em seguida, quando diz *acontece, porém*, declara por que põem o fim nelas, dizendo que acontece aos homens fazer dos jogos e do deleite que há neles o fim. E a razão disso é que o fim da vida humana tem certo deleite, não um deleite qualquer, mas o máximo. De modo semelhante, o jogo e a música têm certo deleite; e por isso, buscando o primeiro, que está no fim, e não o atingindo, tomam aquele que está nos jogos e na música em lugar deste que é mais nobre, por isso que aquele tem certa semelhança com o fim último. Pois o fim último não existe em vista de algo futuro, nem de algo feito e eligível. Pois chamamos fim último aquilo em vista do qual são todas as outras coisas, e ele próprio não é em vista de outra. Também tais deleites, que estão nos jogos ou na música, não são buscados por causa de algo futuro, nem existem em vista dele, mas antes em razão do trabalho e da tristeza já sofridos, para que sejam aliviados ou eliminados. A causa, pois, pela qual alguns buscam a felicidade e o fim para si por meio de tais deleites é esta, e alguém razoavelmente a julgará.

Em seguida, quando diz *quanto àquilo, porém*, mostra que se deve participar da música, porque de algum modo ela dispõe para as virtudes morais. E primeiro expõe o seu intento. Em segundo lugar, quando diz *mas ver se algo* etc., dá o modo e a ordem de considerar. Em terceiro lugar, quando diz *mas que nos tornemos* etc., prossegue. Na primeira parte diz que se deve investigar em seguida se convém participar da música não por esta causa apenas, a saber, o lazer, mas por isso que é útil para o repouso da operação laboriosa, e não só para isso. Mas deve-se investigar se, porventura, as coisas ditas de fato lhe acontecem, ou se a sua natureza, existindo mais nobre, se ordena a algo mais nobre do que sejam as ditas conveniências. Pois é preciso, na música, não só participar do deleite comum que é segundo ela, o qual sentem universalmente todos (pois tais têm um deleite natural que é causado pelo movimento proporcional do ouvido por meio do seu ato, razão pela qual o seu exercício é amado por todas as idades e pelos que têm quaisquer costumes), mas também é preciso ver, mais além, se ela contribui em algo para a virtude moral e para a operação reta que é segundo a alma.

Em seguida, quando diz *mas ver*, dá a ordem de considerar, dizendo que isto mesmo, que ela contribui em algo para os costumes e para a alma, ficará manifesto se por meio dela nos tornamos de certa qualidade, isto é, dispostos quanto aos costumes; e isso foi declarado antes.

Em seguida, quando diz *mas na verdade*, prossegue. E primeiro mostra que a música torna as pessoas de certo modo qualificadas e bem dispostas quanto aos costumes. Segundo, quando diz, é evidente que se deve ensinar etc., disso conclui que os jovens devem ser instruídos nela. O primeiro ponto ele mostra, primeiro por sinais; segundo, quando diz, mas visto que acontece etc., por meio de uma razão. Apresenta, porém, dois sinais, o segundo dos quais expõe quando diz, além disso etc. Na primeira parte diz que é manifesto que pelo uso da música nos tornamos de certo modo qualificados e bem dispostos quanto aos costumes, tanto por muitas outras coisas quanto pelas melodias de Olimpo, das quais os sacerdotes pagãos de Júpiter, que era cultuado no monte Olimpo na Grécia, se serviam nos ritos sagrados dele para excitar o arrebatamento dos adoradores. Pois pelo uso destas as almas dos homens eram arrebatadas, como que alienadas dos sentidos exteriores e tornadas imóveis por causa da intenção da alma acerca de algo interior. Ora, o arrebatamento é uma certa paixão que produz um costume, ou hábito na alma em direção a algo semelhante. Disso fica manifesto, como que por um certo sinal, que as melodias musicais tornam as pessoas de certo modo qualificadas e dispostas quanto aos costumes.

Mas, para ver o que é o arrebatamento, e segundo qual parte da alma e por qual causa, deve-se entender que o arrebatamento, dito própria e principalmente, é um certo movimento de tração; e a tração é um movimento violento de algo a partir de outro em direção a si ou a outrem, como se diz no sétimo livro da Física. Ora, o violento é aquilo cujo princípio está fora, sem que aquele que padece contribua com força. E por isso o arrebatamento é o movimento de algo, contra sua inclinação natural ou voluntária, a partir de um princípio extrínseco. Essa violência, porém, pode ser considerada ou quanto ao termo e ao modo do movimento ao mesmo tempo, como quando o fogo é arrebatado para baixo por algo extrínseco, ou quanto ao modo do movimento apenas, como quando é impelido para cima mais velozmente do que é próprio de sua natureza mover-se. Depois, por esta semelhança, o nome dele foi transferido para designar o movimento do homem, segundo a alma, em direção a algo para o qual por si não tem inclinação, ou no modo em que não a tem, mas não em direção a qualquer coisa desse tipo. Mas, como é natural ao homem entender a partir de imagens sensíveis exteriores existentes em ato, o nome foi transferido para significar a operação intelectual pela qual o homem é levado a algo intelectual, seja conatural a si, seja acima da natureza, mediante a aversão dos sentidos para as coisas interiores e a imobilização deles.

Disto se evidencia o que é o arrebatamento tal como aqui se toma. É, com efeito, a operação da parte intelectual da alma, segundo a qual, por algo extrínseco, ela é levada a algo não natural a si, ou natural, mediante a aversão e a imobilização dos sentidos. E porque a operação da parte apetitiva da alma se dá segundo sua inclinação e a partir de um princípio intrínseco não violento, o arrebatamento, ao contrário, não pode ser operação da parte apetitiva da alma, sensível ou intelectual. Ora, a causa dele, por si e natural, parece ser a intensa aplicação veemente da alma acerca de algo, que provém ou de um veemente desejo de alcançar algo ou de fugir de algo, ou de uma veemente adesão a algo pelo amor ou pelo deleite, ou de um deleite máximo acerca de algo. Pois, pelo fato de alguém se aplicar veementemente a algo interior, acontece que a alma retira o espírito, que é o primeiro instrumento do sentido e do movimento, das coisas exteriores para o primeiro sentido e a primeira cogitativa, em torno dos quais então mais trabalha. Pois é próprio da

natureza enviar o espírito ao lugar onde mais dele se precisa; e por consequência os sentidos exteriores e os membros se imobilizam, e o homem se torna como que imóvel e sem sentido exterior em ato; e então a alma, não trabalhando no sentido ou no movimento exterior do corpo, como que livre, especula mais acerca de algumas coisas que ou estão acima do poder comum dos homens, ou o estão segundo a natureza, mas não com o sentido exterior, o que é mais natural. Aqueles, porém, que têm poucos e débeis espíritos e bem móveis, são arrebatados com menor intensa aplicação da alma acerca de algo interior. Pois poucos e débeis espíritos não podem bastar para um movimento forte, interior e exterior, como acontece em certas mulheres. Já aqueles que têm espíritos abundantes não são arrebatados senão com a mais veemente intensa aplicação da alma acerca de algo, como acontece em certos homens. Ora, o veemente desejo, ou amor, ou deleite, que produzem a veemente intensa aplicação da alma, ou são causados imediatamente por uma veemente consideração do intelecto, ou por alguma causa superior que move imediatamente a própria vontade, ou por algo interior, a saber, por uma causa superior mediante o intelecto.

Em seguida, quando diz além disso, confirma o que disse, tomando o argumento daquilo que menos parece. Diz, com efeito, que também os que ouvem certas palavras que representam algo triste ou agradável são afetados, mesmo que sejam expressas sem nenhuma melodia ou verso, o que, contudo, menos parecia; logo, quando às palavras se acrescenta a melodia, que tem maior força para mover por causa de sua conformidade com a alma e com a potência do ouvido, muito mais o ânimo do ouvinte será afetado pela música para diversas paixões da alma.

Em seguida, quando diz mas visto que, declara isto mesmo por meio de uma razão. Ora, a razão dele parece ser esta. Habituar-se a julgar retamente acerca das ações morais, e a alegrar-se e deleitar-se retamente nelas, é o mais eficaz para a retidão dos costumes e das ações morais; mas habituar-se a julgar retamente acerca das harmonias musicais e a deleitar-se segundo a razão nelas é habituar-se a julgar retamente acerca das ações morais e a deleitar-se nelas retamente; logo, isto é o mais eficaz para a retidão das ações morais. Desta razão prova primeiro a premissa maior; segundo, quando diz, mas há semelhanças etc., a menor. A maior, porém, prova assim. Visto que as músicas, isto é, as ações que se dão segundo a música, estão entre as coisas deleitáveis por si, como se disse antes, e a virtude moral versa acerca dos deleites e tristezas, do amor e do ódio, e acerca de outras paixões desse tipo, como acerca de sua matéria própria, na qual busca aquilo que é segundo a razão e o meio-termo, é manifesto que nada convém aprender, e nada convém tanto habituar-se para a geração dos hábitos morais retos e de suas ações, quanto julgar retamente acerca dos movimentos dessas paixões e das coisas que lhes dizem respeito, e deleitar-se segundo a razão nelas. E a razão disso é que, para a noção e a geração da virtude moral, requer-se a reta razão, pela qual se discirna aquilo que é reto e conforme à razão, à qual se segue um deleite proporcional, como se evidencia no segundo livro da Ética.

Em seguida, quando diz mas há, prova a menor. Ora, parece prová-la por esta razão. Habituar-se a julgar acerca daquilo que é semelhante às ações e aos deleites morais é habituar-se a julgar acerca das próprias ações morais e a deleitar-se nelas; mas as harmonias musicais são semelhantes às paixões, aos hábitos e às ações morais; logo, habituar-se a julgar e a deleitar-se retamente nas harmonias musicais é habituar-se a julgar e a deleitar-se retamente nos hábitos e nas ações morais. Desta razão expõe primeiro a menor com uma certa explicação dela; segundo, quando diz, mas o hábito nas coisas semelhantes etc., a maior e a prova dela; terceiro, quando diz, mas acontece que os sensíveis etc., retorna a explicar a menor. Diz, portanto, primeiro, que as

semelhanças das paixões, como da ira e da mansidão, do temor e da audácia e semelhantes, e ainda dos hábitos, como da fortaleza e da temperança, da liberalidade e da avareza e semelhantes, e dos outros hábitos contrários a estes, e universalmente das outras coisas morais, como das escolhas e das operações, encontram-se naturalmente nas melodias musicais e nos ritmos. Pois as melodias musicais e os ritmos consistem em certas proporções determinadas de números acerca dos sons ou da modulação; semelhantemente as paixões da alma consistem em certa proporção determinada do agente para o paciente, e seguem alguma proporção determinada do quente e do frio, do úmido e do seco; pois a ira é uma inflamação do sangue em torno do coração, e o temor é um certo resfriamento; também os hábitos morais consistem em certa proporção determinada do apetite à razão que move, e as virtudes consistem em certa proporção média dos extremos, e semelhantemente todas as outras coisas morais. E isto também é manifesto aos sentidos, pois os que ouvem certas melodias ou ritmos transmudam-se segundo a alma, ora para a ira, ora para a mansidão, ora para o temor; o que não se dá senão por causa de alguma semelhança destas com aquelas.

Em seguida, quando diz mas o hábito, expõe a maior e prova-a, dizendo que habituar-se a alegrar-se e a entristecer-se naquelas coisas que são semelhantes aos deleites e às tristezas morais é próximo daquilo que é deleitar-se nas mesmas; porque aquilo que é semelhante a algo parece comportar-se quase do mesmo modo em relação à verdade como aquilo. Pois as coisas semelhantes parecem distar pouco, já que a semelhança é uma certa unidade. Ora, o intelecto frequentemente toma tais coisas como sendo as mesmas, como se diz no segundo livro da Física. E por isso habituar-se naquilo que é semelhante a algo é habituar-se de certo modo naquele algo. Por exemplo, se alguém, olhando ou considerando a imagem da forma de alguém, como de Hércules, se deleita nela enquanto a imagem é forma daquele, a visão da forma do próprio Hércules em si mesma lhe será necessariamente deleitável, e mais, pois aquilo pelo qual cada coisa é tal, também o é mais, como se diz no primeiro livro dos Segundos Analíticos.

Em seguida, quando diz mas acontece, retorna a explicar a menor. E primeiro toca no ponto de que, nos sensíveis segundo os outros sentidos, ou não há nenhuma ou há poucas semelhanças dos costumes. Segundo, quando diz, mas nas próprias melodias etc., declara que naquelas coisas que se dão segundo o ouvido as semelhanças são manifestas. Quanto ao primeiro, deve-se entender que, nos sensíveis segundo cada sentido, há algumas semelhanças das paixões e dos hábitos morais e das ações; pois todos os sensíveis consistem em algumas proporções determinadas de seus elementos primeiros, assim como as paixões, os hábitos e as outras coisas morais. Ademais, também vemos que, por algumas alterações produzidas pelos próprios sensíveis segundo cada sentido, o homem é movido a algumas ações ou paixões morais boas ou más, o que não se dá senão por causa de alguma semelhança; por isso em todos se encontra alguma semelhança dessas coisas. Contudo, não em todos igualmente; pois, como todas as coisas morais seguem alguma apreensão segundo a razão, parece razoável que os sensíveis segundo aqueles sentidos que mais nos fazem conhecer segundo a razão tenham, enquanto tais, maior semelhança com as coisas morais; e tais são a visão e o ouvido, segundo Aristóteles no livro Sobre o sentido. E por isso nos sensíveis segundo esses sentidos existem mais as semelhanças dos costumes. Já nos tangíveis, que são os mais materiais e os primeiros segundo a via da geração, mínimas; nos gustáveis e nos odoráveis, moderadamente, por causa da proximidade deles com os tangíveis. Ademais, encontram-se mais manifestamente nos audíveis do que nos visíveis. Pois é razoável que se encontrem mais manifestamente nos sensíveis segundo aquele sentido que mais contribui para o

conhecimento segundo a razão, o qual todas as coisas morais em ato pressupõem; e para isso mais contribui o ouvido, por acidente. Pois a palavra, sendo audível, é causa da instrução não por si, mas por acidente, já que consta de nomes; e cada um dos nomes é um símbolo, como se diz no referido livro Sobre o sentido. E por isso, razoavelmente, nos audíveis encontram-se mais manifestas as semelhanças das coisas morais em ato do que nos visíveis. Ademais, os audíveis movem mais fortemente do que os visíveis e de mais modos. Pois os visíveis movem a visão apenas por uma certa alteração tênue e quase insensível; ao passo que os audíveis movem segundo uma certa alteração e segundo um certo movimento local do meio e do órgão. Por isso as coisas que têm semelhança excitam mais manifestamente as paixões.

Suposto isto, diz Aristóteles que, nos sensíveis que se dão segundo os outros sentidos, pode acontecer que não exista nenhuma semelhança dos costumes, como nos gustáveis e nos tangíveis. E semelhantemente também nos odoráveis. Diz, porém, nenhuma, porque é pouca e não manifesta; e aquilo que é pouco e não manifesto é tido por nada. Nos visíveis, porém, encontra-se alguma, mas débil; pois as figuras, que máximamente são apreendidas pela visão, máximamente parecem ser tais. Há, com efeito, algumas agudas, outras obtusas, assim como também as paixões, mas assemelham-se em pouca medida; e por isso essa semelhança não move muito. E, além disso, todos os que têm visão têm a percepção de tais figuras, e contudo nem todos alcançam os costumes; o que, no entanto, se veria se elas tivessem propriamente semelhança com eles. Ademais, as figuras e as cores não são propriamente semelhanças expressas dos costumes, como as harmonias, mas antes certos sinais coincidentes com os próprios costumes. E tais sinais dos costumes bem se podem tomar nas paixões sensíveis, não só nos visíveis, mas nos odoráveis e nos tangíveis e nos demais. Mas difere segundo a quantidade, porque se encontram mais manifestamente nos visíveis do que nos outros; e acerca da contemplação destes, quanto ao reto juízo e ao deleite conveniente, convém que os jovens os contemplem, dirigindo a consideração dessas coisas por causa dos costumes: não as figuras e pinturas de Pausão, que era pintor de imagens representativas de coisas torpes e desonestas, mas aquelas de Polignoto, que pintava figuras representativas de coisas honestas, e as de qualquer outro que tenha sido pintor ou escultor de figuras representativas de coisas morais.

Em seguida, quando diz nas melodias, declara que nos audíveis se encontram manifestamente as semelhanças dos costumes. E isto declara primeiro nas melodias musicais; segundo, quando diz, do mesmo modo se comportam etc., declara que do mesmo modo se dá nos ritmos; terceiro, quando diz, destas coisas, portanto etc., infere a conclusão principal. Na primeira parte diz que nas próprias melodias musicais se encontram manifestamente as imitações dos costumes; e isto é manifesto, pois a natureza das próprias harmonias difere tanto, que os que as ouvem logo se dispõem de modos diversos segundo as paixões e os movimentos, e os homens não se comportam do mesmo modo ao ouvir cada uma delas; mas, ao ouvir algumas, tornam-se chorosos e como que contraídos pela retração dos espíritos para as coisas interiores, própria daquela que chamamos Lídia mista. Ora, a Lídia mista é uma melodia ou cantilena do sétimo tom, que, por causa da agudeza das vozes altas, fortemente percute os espíritos e os retrai para o interior, pelo que dispõe à compaixão. Ao ouvir outras, a saber, as frouxas, os homens dispõem-se mais à moleza, tais como são talvez aquela que se chama Lídia, que é uma melodia do quinto tom, e aquela que se chama hipolídia, que é do sexto tom, as quais, por causa do relaxamento das vozes e dos movimentos, sobretudo pelos semitons que frequentemente empregam, manifestamente vemos moverem à moleza. Ao ouvir outras, porém, os homens dispõem-se bem e comportam-se constantemente nas

obras. E tal é aquela que se chama Dórica só, que é a cantilena do primeiro tom, a qual é máximamente moral. Há ainda outras que produzem arrebatamentos, como aquela que se chama Frígia, que é uma melodia do terceiro tom, a qual, por causa da forte percussão nas vozes, revoca fortíssimamente os espíritos das coisas exteriores para as interiores, o que dispõe ao arrebatamento. Pois assim dizem, e convenientemente, aqueles que filosofaram acerca deste divertimento da música, e tomam os testemunhos de suas razões das próprias obras. Assim, portanto, evidencia-se que nas melodias há máximamente as semelhanças dos costumes, e que os homens por elas se dispõem a eles. O que sobretudo parece acontecer por duas razões: uma das quais provém do lado da operação ou daquilo que se segue à própria operação da alma. Pois o sentido do ouvido consiste numa certa proporção média. E por isso, quando é movido por um som proporcionado a si, há deleite segundo o próprio sentido; e também, quando a razão, no ouvir, julga em ato a proporção média dos tons, e no entender há um deleite intelectual proporcional ao deleite que há nas obras morais que consistem na mesma proporção; ora, o deleite em alguma operação aumenta aquela operação, como se diz no décimo livro da Ética, e por consequência aumenta também aquela que a ela se assemelha. A outra razão provém do lado da disposição da matéria e do órgão; pois o espírito é o primeiro órgão de todas as potências da alma, tanto sensitivas quanto motivas; e por isso, pelo diverso movimento dos espíritos, seja por alteração, seja por esta e pelo movimento local, dos quais resulta a contração, a ebulição ou a expulsão, o homem é disposto de modos diversos às paixões ou às ações. E deste modo as harmonias musicais podem máximamente mover o espírito de modos diversos segundo a diversidade delas.

Em seguida, quando diz do mesmo modo, declara o mesmo acerca dos ritmos, dizendo que do mesmo modo se comportam aquelas coisas que dizem respeito aos ritmos. Pois alguns deles têm a virtude pela qual dispõem a um costume estável; outros, porém, aquela pela qual dispõem também ao instável. E, além disso, alguns deles têm movimentos mais para coisas pesadas e servis, outros para coisas deleitáveis e servis. Ora, o ritmo é um número determinado de sílabas num discurso terminado por um fim semelhante.

Em seguida, quando diz destas coisas, infere a conclusão principal, dizendo que, do que foi dito, é manifesto que a música pode tornar alguém de certo modo qualificado e bem disposto quanto ao costume; por isso é manifesto que ela é útil para os costumes.

Em seguida, quando diz é evidente que, conclui do que foi dito que os jovens devem ser instruídos nela, acrescentando a isto uma nova razão, e diz: se a música é apta por natureza a tornar alguém de certo modo qualificado e bem disposto quanto aos costumes; ora, naquilo que dispõe aos costumes convém que os jovens sejam instruídos e habituados na música. Também a disciplina da música é conveniente à natureza das crianças, tão pequenina e diminuta, por outra razão. Pois os jovens não podem suportar algo não deleitável ou entristecedor por causa da idade; têm, com efeito, perfeita a operação dos sentidos por causa do vigor das potências. Ora, a tais operações seguem-se fortes deleites; e por isso deleitam-se fortemente, e não podem suportar tristezas. E as harmonias musicais são da natureza das coisas deleitáveis. E semelhantemente também os ritmos. Pois há uma certa semelhança natural dos ritmos com as harmonias, já que ambos consistem em proporções numéricas. E porque a harmonia é deleitável por si, muitos dos antigos sábios disseram, uns que a alma é o mesmo que a harmonia, outros, porém, que ela tem harmonia, como Platão e os que o seguem, dizendo que a alma é o número que a si mesmo se move.

Em seguida, quando diz mas se, indaga se convém participar da música quanto ao ato de ambas as suas partes, a saber, a cantada e a instrumental. E primeiro manifesta que sim; segundo, quando diz, mas o que é decente e o que não é decente etc., declara que se deve comportar diferentemente quanto a isto, segundo as diversas idades. Quanto ao primeiro, primeiro põe a dúvida, dizendo que, depois do que foi dito, deve-se considerar se é oportuno, para a boa disposição dos cidadãos, que eles mesmos aprendam a música e se exercitem nela quanto a usá-la em ato, isto é, cantando, e operando com a mão, isto é, tocando os instrumentos, ou não, conforme se propôs antes.

Em seguida, quando diz não é não manifesto, resolve-a, mostrando que convém participar da música segundo ambos os modos, por duas razões. A segunda delas toca quando diz, mas ao mesmo tempo etc. Primeiro, portanto, diz que é manifesto que participar dos atos musicais tem grande diferença, por sua preeminência, para tornar os jovens de certo modo qualificados e bem dispostos. Pois o juízo aplicado acerca das coisas morais ou de suas semelhantes vale muito para bem dispô-los aos costumes, como se disse antes. Mas, pelo fato de alguém participar das obras da música, julga mais aplicadamente acerca daquelas coisas que são semelhantes aos costumes. Pois é uma das coisas impossíveis, ou muitíssimo difícil, que julguem bem acerca das coisas agíeis aqueles que não participaram das operações. Com efeito, o juízo aplicado se dá por uma fácil e deleitável redução aos primeiros princípios. Ora, a fácil e deleitável redução aos princípios não se dá senão por um hábito que inclina ao modo da natureza, o qual se gera em nós pela frequente operação. E, além disso, para a retidão do juízo exige-se a certeza, que máximamente parece, nas coisas agíeis, ser causada pelas obras. É oportuno, portanto, participar da música quanto aos atos e às operações.

Em seguida, quando diz mas ao mesmo tempo, expõe a segunda razão, dizendo que, juntamente com o que foi dito, é preciso que as crianças, sendo inquietas, tenham algo com que se ocupem. E por isso convenientemente foi introduzido o instrumento que se chama chocalho de Arquitas, assim chamado a partir de seu inventor Arquitas, o qual atribuem às crianças, para que, ocupadas com ele, não destruam nada daquilo que há em casa. Pois os jovens, por causa da multidão de movimentos que há neles em razão da idade, não podem ficar quietos. E por isso o brinquedo daquele chocalho lhes é conveniente ao menos para a ocupação. Já a disciplina, isto é, o reto uso dele, deve ser reservada aos mais avançados em idade, que mais podem discernir o que é segundo a arte e o que não é. Que, portanto, convém que os jovens sejam instruídos na música pela participação nas obras, é manifesto.

Em seguida, quando diz mas o que é decente, declara que se deve comportar diferentemente nisto segundo as diversas idades, ao mesmo tempo removendo com isto uma certa objeção anteriormente aduzida em contrário. E primeiro põe o seu propósito; segundo, quando diz, primeiro na verdade etc., prossegue. Na primeira parte diz que, no uso da música, o que é decente e o que não é decente segundo as diversas idades, a saber, da juventude e da velhice, não é difícil ao sábio determinar, nem tampouco resolver a razão dos que opinam que o exercício na música é inútil e vil.

Em seguida, quando diz primeiro na verdade, prossegue; e primeiro o primeiro ponto; segundo, o segundo, quando diz, mas quanto à objeção feita etc. Primeiro, portanto, diz que o exercício naquelas coisas que se dão segundo a música não compete igualmente, nem do mesmo modo, a

toda idade. Pois primeiro é manifesto isto: que de todas as obras da música, a saber, da cantada e da instrumental, convém participar por causa da retidão e da certeza do juízo, o que por si é bom e deleitável, como uma certa perfeição do intelecto e em ordem aos costumes, como se disse antes. Ora, os mais jovens não podem ter a retidão do juízo absolutamente, por causa do muito movimento que há neles e por causa da inexperiência, podem contudo trabalhar muito. Os mais velhos, ao contrário, podem trabalhar menos, mas julgar mais retamente, por causa da quietação e da experiência. E por isso é oportuno que os jovens participem da música usando as obras, tanto cantando quanto tocando os instrumentos; e que os que são mais velhos abandonem as próprias obras por causa da debilidade, mas que, ao ouvir, possam julgar bem as razões das harmonias por causa da força e da perfeição do intelecto, e deleitar-se retamente por consequência, pelo fato de terem sido instruídos antes nessas coisas na juventude.

Em seguida, quando diz mas quanto à objeção, pretende remover a objeção de alguns que querem excluir a música dos jovens. E primeiro toca no ponto a partir do qual pode ela ser removida; segundo, quando diz, é manifesto, portanto, etc., declara quais e de que natureza devem ser essas coisas. Primeiro, portanto, diz que não é difícil dissolver a objeção pela qual alguns censuram a música e o seu uso. Pois razoavelmente parece dever ser censurado aquilo que torna os jovens vis e mal dispostos segundo o intelecto; e isto, dizem, é o que fazem a música e o seu uso. Pois algumas melodias dispõem à moleza, algumas outras distraem das obras segundo a razão; e por isso ela é razoavelmente censurável. Não é difícil, diz, resolvê-la, considerando até quanto convém fazer participar da música aqueles que pretendem ordenar as ações das crianças ao bem civil. Pois não se deve participar dela em qualquer medida, mas enquanto útil à república, e considerando com quais melodias e com quais ritmos se deve participar dela. Ademais, também em quais instrumentos se deve instruir e exercitar. Pois nestas coisas há uma certa diferença quanto ao propósito, e nelas está a solução da objeção proposta. Pois nada impede, antes é manifesto, que algumas melodias, ritmos e instrumentos disponham mal os jovens segundo o intelecto e os tornem inúteis, ao passo que outros os disponham bem quanto ao intelecto e aos costumes. E por isso convém considerar quais instrumentos, melodias e ritmos se devem usar para o bem do intelecto e dos costumes, e quais não. E por isto se removerá a referida objeção.

Em seguida, quando diz é manifesto, portanto, declara quais e de que natureza devem ser as coisas musicais que se devem usar para o bem do intelecto e dos costumes. E primeiro em geral; segundo, quando diz, mas é evidente por estas coisas etc., em particular. Na primeira parte ele diz que é manifesto que a instrução e o uso da própria música devem ser tais em quantidade e qualidade, e por meio de tais coisas, que não impeçam o homem quanto às futuras ações civis, nem tornem o seu corpo mal disposto para as operações do intelecto e inútil para as oportunidades bélicas e os exercícios civis por causa da debilitação: quanto ao exercício e à gradual habituação, agora; quanto às referidas instruções, posteriormente. Pois todas as coisas que dizem respeito aos mais jovens devem ser comensuradas e determinadas segundo isto: serem úteis ao fim da república, que é o bem perfeito segundo o intelecto. Ora, acontece que os jovens se comportam bem quanto à instrução nas coisas musicais se aqueles que começam a ir aos certames não se esforçarem nos conhecidos instrumentos laboriosos e que oneram o corpo para o movimento, com um trabalho imoderado que onera o corpo e a força deles, nem tampouco se exercitarem nas obras admiráveis e supérfluas, que agora conduziram ao jogo dos certames, e a partir dele chegaram à instrução, querendo que os jovens sejam instruídos nelas; mas antes se exercitarem em trabalhos mais fáceis e moderados, em cantos e instrumentos musicais, até o

ponto de poderem deleitar-se retamente na harmonia musical e nos ritmos, considerando-os; e não só na música comum, na qual todos os que têm sentido se deleitam, como certos animais brutos, a multidão das crianças e também dos homens vis ou servis.

Em seguida, quando diz mas é evidente, declara em especial quais e de que natureza devem ser as coisas musicais, e naquelas em que se deve exercitar quanto aos costumes. E primeiro declara quais e de que natureza devem ser os instrumentos nos quais se deve exercitar; segundo, quando diz, deve-se ainda considerar etc., de quais melodias e ritmos se deve usar mais quanto aos costumes. Quanto ao primeiro, primeiro mostra, a partir do precedente, em quais instrumentos se deve ou não se deve exercitar; segundo, quando diz, ademais, a própria flauta não é etc., manifesta isto por meio de uma razão. Na primeira parte diz que não se deve usar dos instrumentos em cujo manejo o corpo é onerado imoderadamente e que imoderadamente, pelo som deles, excitam os espíritos, mas antes dos moderados. É manifesto por isto de quais instrumentos se deve usar quanto aos costumes e de quais não. Pois não se deve usar da flauta para a disciplina. Ora, a flauta é, em geral, o instrumento que soa pela expulsão do sopro. E deve-se entender, ao que parece, o dito de Aristóteles a respeito daquelas flautas que precisam de muito sopro para produzir o som e fazem um som imoderado, como as túbias e certas Musas. Pois tais instrumentos, por causa do muito sopro, oneram o corpo, e por causa da grandeza do som excitam demasiadamente os espíritos. Nem tampouco se deve usar dos instrumentos que, por causa da grandeza, mas também da confusão do som, confundem os espíritos, como a cítara e qualquer outro que seja tal; mas antes se deve usar daqueles que bem dispõem os ouvintes, segundo o corpo e segundo a alma, aos costumes, ou aos divertimentos musicais, ou a outros que lhes são proporcionados.

Em seguida, quando diz ademais, prova isto por meio de uma razão. E primeiro a respeito da flauta; segundo, quando diz, mas visto que dos instrumentos etc., a respeito dos instrumentos. Quanto ao primeiro, primeiro prova que a flauta deve ser usada para outra coisa; segundo, quando diz, mas acrescentemos o que acontece etc., que não deve ser usada para a disciplina. Na primeira parte, portanto, diz que, além do que foi dito, é manifesto que a flauta não é um instrumento que dispõe aos costumes, mas antes, por causa da grandeza e da multidão do som, é excitativa da ira, por causa do forte movimento dos espíritos. E por isso deve-se antes usar dela em tais tempos em que o exercício nela se dá por causa da purificação, isto é, da disposição à ira e à audácia, como nas guerras e nos assaltos, do que por causa da instrução ou da disposição aos costumes; assim como agora vemos usar dela nas coisas bélicas, tanto para aquilo que foi dito quanto para o terror dos adversários.

Em seguida, quando diz mas acrescentemos, prova que não se deve usar dela para a disciplina. E primeiro dá uma razão; segundo, quando diz, mas razoavelmente se comporta etc., por meio de um dito fabuloso. Na primeira parte diz que, ao que foi dito, deve-se acrescentar que do uso da flauta resulta o contrário da disciplina, a saber, a indisciplina, porque acontece que o tocar da flauta impede o reto uso da razão. Por isso, razoavelmente, os antigos, considerando a força dela, proibiram o seu uso aos jovens e aos homens livres bem dispostos segundo o intelecto, ainda que primeiro tivessem usado dela. Pois, quando primeiro começaram a dedicar-se ao estudo e à disciplina, por causa da abundância do necessário à vida, e sendo mais magnânimos para a virtude, isto é, para a fortaleza primeiro, e depois, tornados mais prudentes nas operações, buscavam a instrução em qualquer doutrina, não discernindo qual fosse útil e qual não, e

indagando em excesso qualquer uma; por isso introduziram o tocar da flauta nas instruções, querendo instruir-se nela; pois na Lacedemônia, primeiro, um corista tocou flauta na dança coral, e daí passou a Atenas; por isso muitíssimos dos homens livres atenienses quiseram participar dela por causa de sua novidade, conforme o costume deles. E isto é manifesto pelo título que Trasipo estabeleceu, o qual havia bem conduzido o coro. Não põe, porém, o título; talvez, no entanto, pudesse ter sido: aqui jaz o ótimo flautista, ou algo semelhante a isto. Posteriormente, porém, quando puderam julgar melhor, por causa da longa experiência, o que fosse útil ou inútil para a virtude, considerando que ela não dispõe para a virtude, mas antes para o contrário, reprovaram-na, proibindo a sua instrução e o seu uso aos jovens. E semelhantemente também muitos outros dos instrumentos antigos, semelhantes às flautas quanto a isto, como as pectíades e os barbitos, ao que nós chamamos Musa, e outros que, ainda que contribuam para o deleite dos que os usam, contudo em nada dispõem aos costumes, como os heptágonos, isto é, o instrumento de sete ângulos ou de sete cordas; e os trígonos, isto é, de três ângulos ou cordas, e a sambuca, de duas cordas longas. Talvez também todos os que precisam de muita ciência manual, impedindo por isso a consideração do intelecto. Ora, tais instrumentos comumente não nos são conhecidos, ou não sob esses nomes.

Em seguida, quando diz mas razoavelmente, manifesta isto mesmo por meio de um dito fabuloso, dizendo que por isso razoavelmente foi dito aquilo que sobre certas outras coisas foi dito na fábula pelos antigos: que Palas, tendo inventado as flautas e considerado-as, bem como o seu uso, rejeitou-as. E não é mau dizer por que; a saber, porque se entristeceu pelo fato de que, no uso delas, o rosto se desonestava. Pois é preciso que as fauces se inflam para a retenção do sopro que se há de expelir para o seu movimento, o que deforma o rosto. E a multidão do sopro expelido debilita o corpo. E não só por isso, mas é mais verossímil que seja porque a instrução e o uso do tocar da flauta em nada contribuem para a perfeição do intelecto. Ora, chamamos Palas a deusa da ciência e da arte. Assim, portanto, Palas, isto é, a reta razão e a arte que retamente julga, reprova o uso da flauta, porque é inútil para o corpo, tanto porque o deforma quanto porque o debilita, e porque não dispõe à perfeição do intelecto, mas antes ao contrário, porque comove e confunde demasiadamente os espíritos.

Em seguida, quando diz mas visto que, prova que o divertimento artificioso não vale para os costumes, dizendo que justamente reprovamos o divertimento artificioso dos instrumentos e da execução. Ora, chamamos aqui divertimento artificioso o divertimento que se faz nos certames ou nos teatros para exercitar os homens a competir fortemente ou apenas para deleitar. Pois neste divertimento aquele que atua não atua por causa do exercício para a virtude em si mesmo, mas para exercitar os ouvintes e em vista do deleite deles, não de qualquer deleite, mas do pesado e servil. E porque a operação e o deleite dos homens livres não são tais, não julgamos que tal divertimento seja divertimento de homens livres, mas de escravos, e que torna as pessoas vis e deprimidas segundo o intelecto. Pois o fim para o qual fazem esses divertimentos, e a intenção, não é bom em si mesmo. Pois visam apenas ao deleite dos ouvintes, ou ao próprio lucro. Com efeito, as operações deste divertimento, sendo pesadas, costumam mudar a música, ora tocando ou cantando de um modo, ora de outro, segundo a diversidade dos ouvintes e do fim visado ao qual pretendem conduzi-los; por isso os artífices, isto é, os autores do divertimento feito segundo a arte, que visam ao próprio ganho, tornam as pessoas de certo modo qualificadas, isto é, dispostas segundo as paixões da alma do modo dito antes; e também segundo o corpo, por causa dos movimentos e gestos que executam ao tocar; mas não as dispõem bem quanto aos costumes, a não ser talvez por acidente.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:17:13 by Admin

Updated 11 October 2026 19:17:13 by Admin